



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

AMANDA IRENE DE CAMPOS FAVACHO

**Caracterização da produção acadêmica sobre Alimentação Escolar**

BELÉM-PA  
2022

AMANDA IRENE DE CAMPOS FAVACHO

### **Caracterização da produção acadêmica sobre Alimentação Escolar**

Artigo apresentado ao curso de licenciatura de graduação Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob orientação da Prof. Dra. Maria da Conceição Rosa Cabral.

BELÉM-PA  
2022

AMANDA IRENE DE CAMPOS FAVACHO

**Caracterização da produção acadêmica sobre Alimentação Escolar**

Artigo apresentado ao curso de licenciatura de graduação do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob orientação da Prof. Dra. Maria da Conceição Rosa Cabral.

Banca examinadora

Prof. Dra. Maria da Conceição Rosa Cabral  
(Orientadora)

Profa Dra Fátima de Souza Moreira  
(Examinadora)

BELÉM-PA  
2022

## RESUMO

O presente artigo teve como finalidade identificar e caracterizar a produção acadêmica brasileira sobre o tema Alimentação Escolar, e identificar a presença do elemento “regionalidade” nos programas de alimentação escolar. Trata-se de uma pesquisa documental na modalidade definida como estado do conhecimento, realizada na plataforma da *Scielo*, com o recorte temporal de artigos publicados entre os anos de 2015 a 2019. Foram identificados 42 artigos que tratam do tema e entre os principais resultados, observamos que duas revistas tiveram o maior número de publicações, a primeira é a Revista “Ciência & Saúde Coletiva”, seguida da Revista de Economia e Sociologia Rural. No que diz respeito à metodologia usada nas produções, identificamos um maior interesse por pesquisas qualitativas, com uso de entrevistas e formulários, o que é muito positivo. Com relação às temáticas de interesse, há uma predominância na área da “Política de alimentação escolar”, com especial preocupação com a implantação da Lei 11.947/2009. Outra temática de interesse é “O papel do nutricionista”, com foco na importância do profissional na elaboração do cardápio e na avaliação da aceitabilidade. Sobre a presença do elemento “regionalidade” nos programas de alimentação escolar, ainda que a Lei 11.947/2009 estabeleça, nas diretrizes da alimentação escolar, o emprego da alimentação que respeite a cultura e as tradições, identificamos entre os artigos levantados apenas uma pesquisa com proximidade com a categoria “regionalidade”, ao investigar elementos da cultura indígena na alimentação escolar.

Palavras-chaves: Merenda escola. Alimentação escolar. PNAE.

## Caracterização da produção acadêmica sobre Alimentação Escolar

### 1 INTRODUÇÃO:

Segundo Pesquisa de Orçamento Familiar, apurada pelo IBGE em 2017-2018, foi constatado que cerca de 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar. A pesquisa mostra que 5,1% das crianças com menos de 5 anos vivem em domicílios com insegurança alimentar grave no Brasil. (CABRAL, 2020). Essa foi a última pesquisa do IBGE, mas sabemos que o quadro foi agravado pela pandemia de Covid 19. Pesquisa publicada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) constata que **33,1 milhões** de pessoas não têm o que comer, em 2022, e mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave, que é a fome (PENSSAN, 2022).

Com base nessas informações é possível observar que o alto número de crianças que não têm acesso a uma alimentação adequada e, desse modo, vão para a escola sem se alimentar ou, o que é pior, vão à escola apenas pela merenda escolar. A insegurança alimentar gera uma série de problemas para a criança e entre esses problemas, a dificuldade na hora do aprendizado. Para Alves e De Oliveira Cunha (2020), durante a infância é importante que a criança receba uma alimentação saudável e equilibrada, pois é nesse período que ocorre o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, motor e afetivos.

Esse quadro poderia ser atenuado, minimamente, no período em que a criança se encontra na escola, por meio da alimentação escolar, assegurada pelo governo, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece refeição em todas as etapas da educação pública.

Segundo o portal do Fundo de Nacional de Desenvolvimento na Educação - FNDE, o PNAE é um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, o único com atendimento universalizado. Teve origem com a proposta feita pelo Instituto de Nutrição, na década de 40, que defendia que o Governo Federal deveria oferecer alimentação nas escolas. Entretanto, somente na década de 50, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, intitulado de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. E essa foi a primeira vez no país, que se constituiu um programa de merenda escolar na responsabilidade pública, no

entanto, do plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar continuou funcionando, que era financiado pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), conhecido atualmente como Unicef. Apenas em 1979 passou a chamar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. (FNDE).

O PNAE é um programa de extrema relevância na vida dos estudantes e comunidade escolar, principalmente, para aquelas crianças que muitas vezes só têm o alimento que lhes é oferecido pela escola.

Buscando justificar a escolha do tema e identificar a inserção do tema “alimentação escolar” na área da pesquisa em educação, tomamos os anais das reuniões da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). ANPED é a entidade nacional mais expressiva da educação, que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, docentes vinculados a esses programas e demais pesquisadores da educação, cujos associados se reúnem em eventos bianuais. Tal levantamento foi feito nos Anais eletrônicos da ANPED, de 2015, 2017 e 2019, nos trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho sobre “Educação de crianças de 0 a 6 anos” (GT 07) e “Educação Fundamental” (GT 13). No recorte temporal supracitado, não foi encontrado nenhuma produção cuja temática fizesse relação ao tema “alimentação escolar”, tema de interesse do presente estudo. Esse levantamento mostra a ausência da discussão do tema entre pesquisadores da educação, o que pode sugerir desinteresse por parte de pesquisadores da educação.

Em um levantamento inicial na literatura, é possível ver um significativo número de estudos que têm voltado sua atenção para a alimentação escolar, ressaltando o papel desse programa para a sociedade, buscando entender como funciona e até mesmo como a alimentação escolar pode influenciar indiretamente na aprendizagem do aluno. Reconhecendo a importância desses estudos para a educação escolar, algumas questões nos chamam a atenção: de que tratam as pesquisas sobre alimentação escolar? A influência da publicidade e a produção industrial em larga escala de alimentos - com barateamento dos produtos - estão entre os fatores que contribuem para que influências estrangeiras adentrem os hábitos alimentares dos brasileiros, podendo levar à homogeneização dos cardápios da alimentação escolar. Levando em consideração que o Brasil é um país de tamanho continental e com grande diversidade cultural e gastronômica, esses estudos identificam elementos da regionalidade na alimentação escolar? Considerando a alimentação como um

marcador da diversidade regional, e que alimentação regional é entendida como aquele alimento que integra uma cultura e tradições que caracterizam um povo, um grupo social ou uma região, este estudo busca identificar a categoria “regionalidade” na alimentação escolar, nas pesquisas realizadas sobre o tema.

Assim, este trabalho tem como objetivo proceder a um levantamento sobre a produção científica brasileira acerca da alimentação escolar, tendo como objetivos mais específicos:

- a) caracterizar a produção acadêmica brasileira sobre o tema Alimentação/Merenda Escolar, em artigos da *Scielo*;
- b) identificar a presença do elemento “regionalidade” nos programas de alimentação escolar, nos artigos produzidos.

## 2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos do estudo, buscou-se inicialmente uma apropriação conceitual, com leituras acerca do tema. Como metodologia para este estudo foi utilizada uma pesquisa documental na modalidade definida como estado do conhecimento. A pesquisa do tipo estado do conhecimento tem como objetivo realizar uma investigação acerca das produções científicas a respeito do tema selecionado., levando em consideração que “[...] pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema - sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas” (Segundo ROMANOWSKI; ENS, p. 40, 2006). Este tipo de pesquisa procura investigar como se situam os trabalhos produzidos, assim como os métodos utilizados nos documentos, a quantidade de documentos produzidos, quais são os pontos mais abordados, quais pontos tem pouca produção de trabalhos e os pontos com ausências de trabalho científico.

Uma segunda etapa da pesquisa foi a definição dos critérios de inclusão para o levantamento, quais sejam: documentos publicados nos anos de 2015 a 2019; disponíveis gratuitamente; os descritores devem estar presentes no título ou resumo; artigos de periódicos, somente em Língua Portuguesa; os documentos de Coleções do Brasil; e documentos produzidos de todas as áreas

Na terceira etapa, deu-se o levantamento dos artigos a serem analisados, inicialmente, de forma livre e depois considerando os critérios de inclusão acima

definidos. O levantamento foi realizado na plataforma digital da *SCIELO* (Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros), uma base de dados que reúne produções científicas. Tendo como tema a alimentação escolar, o levantamento dos documentos teve como descritores de direcionamento das pesquisas os termos: “Alimentação and Escolar”, “Merenda and Escolar”, “Refeição and Escolar” e “PNAE”. Foram consideradas todas as produções referentes à discussão sobre alimentação escolar que tivessem esses descritores no título, no resumo ou palavras-chave. Após leitura dos resumos, com eventuais incursões no corpo do trabalho, foram excluídas todas as produções que não diziam respeito ao tema de interesse ao presente estudo. Os dados aqui apresentados foram coletados no período de dezembro de 2021 a de fevereiro de 2022.

Em uma última etapa, após o levantamento e organização dos artigos, foram feitas a análise e interpretação dos dados, que determinou, inicialmente, o quantitativo de trabalhos produzidos acerca desse tema, apontou os principais achados em relação aos estudos sobre merenda escolar no Brasil, as temáticas recorrentes e a identificação de possíveis lacunas nas produções.

### 3 RESULTADOS

Tomando os descritores, no recorte temporal de 2015 a 2019, na primeira busca resultou em quantidade significativa de artigos: 406 documentos com o descritor alimentação escolar; 49 artigos com o descritor “merenda escolar”; 40 artigos com os descritores refeição escolar e 69 artigos com os descritores PNAE, totalizando 564 artigos relacionados com o tema. No segundo momento da busca, após aplicar os critérios de inclusão, foram encontrados 67 artigos com o descritor Alimentação Escolar, 5 artigos com o descritor Refeição Escolar, 2 artigos com o descritor Merenda Escolar e 12 com o descritor PNAE, totalizando 86 artigos que atendem aos critérios de inclusão.

Mediante a leitura de títulos e dos resumos, deu-se a primeira exclusão de artigos que não atendiam ao tema “alimentação escolar”. Em seguida, após mais uma leitura, foram verificados os artigos que indicavam dúvida se atendiam ao tema; por fim, foram excluídas as publicações em periódicos estrangeiros. Dessa seleção, resultaram 42 artigos que apresentam relação com nosso objeto de pesquisa.

Na organização dos dados, na busca da caracterização das produções acadêmicas, foi montada uma planilha no Excel com alguns dados, quais sejam: título do artigo; autor(es); ano de publicação; objetivo; periódicos; , temática de investigação; delineamento metodológico; e resultados . Dessa sistematização, foram trazidos para análise neste texto as seguintes variáveis: ano de publicação; periódico; temáticas; e delineamento metodológico.

**3.1. Ano de publicação:** Das publicações levantadas, foi possível verificar que os anos que possuem maior frequência de trabalhos foram os anos de 2017, 2018 e 2019, como mostrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Artigos sobre alimentação da base da *Scielo*, publicados entre os anos de 2015-2019.

<b>Ano</b>	<b>Frequência (f)</b>
2015	8
2016	3
2017	10
2018	10
2019	11
<b>Total</b>	<b>42</b>

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Ao observarmos a tabela, verificamos que os anos em que mais se produziram artigos científicos com essa temática, foram os anos de 2017, 2018 e 2019, destacando o ano de 2019 com 11 trabalhos publicados. Em contrapartida, o ano em que menos se produziu trabalhos foi o ano de 2013, com apenas 3 artigos publicados.

**3.2 Periódicos:** Outra variável que julgamos importante destacar foram as revistas publicadas. Nas publicações levantadas, verificamos que os 42 artigos foram publicados em 10 revistas, como é mostrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Periódicos da Base da *Scielo* que publicam artigos sobre alimentação escolar (2015 - 2019)

<b>PERIÓDICOS</b>	Frequência ( <i>f</i> )
Ciência & Saúde Coletiva	15
Revista de Economia e Sociologia Rural	7
Cadernos de Saúde Pública	6
Interações (Campo Grande)	4
Revista de Nutrição	3
Trabalho, Educação e Saúde	3
Brazilian Journal of Food Technology	1
Epidemiologia e Serviços de Saúde	1
Sociedade & Natureza.	1
Ciência Animal Brasileira	1
<b>Total</b>	42

Fonte: elaborado pela autora (2022)

É possível observar que entre as 10 revistas, 3 se destacam: a revista *Ciência & Saúde Coletiva*, com 15 artigos publicados, seguido da *Revista de Economia e Sociologia Rural*, com 7 artigos, e a *Revista Cadernos de Saúde Pública*, com 6 artigos. O fato de a alimentação escolar ter estreita vinculação com a área de Nutrição, é compreensível que a grande maioria dos periódicos sejam da área da Saúde, como podemos ver no quadro. O periódico de segunda maior frequência - a *Revista de Economia e Sociologia Rural* - deve-se ao fato de que, com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor destinado à alimentação escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, o que desperta interesse de pesquisadores da área da Economia e Sociologia Rural.

Pelo fato de o presente trabalho estar vinculado à área da educação, foi verificado se algum dos periódicos listados no Quadro 1 estaria cadastrado nessa área. Para isso, foi feita uma consulta ao Qualis-Capes, uma ferramenta on-line, na **Plataforma Sucupira**, do Sistema Nacional de Pós-Graduação, para coletar informações sobre os programas. Em consulta ao Qualis-Capes (2013-2016), foi

possível verificar que 3 dos periódicos identificados no levantamento para este estudo apresentaram cadastrado ou foram avaliados na área da educação: Interação (Campo Grande); Cadernos de Saúde Pública; e Trabalho, Educação e Saúde.

### 3.3 Temáticas

Observamos que entre os artigos levantados, se destacam seis temáticas de interesse de investigação, que refletem os focos de interesse dos estudos, que são: a) política da alimentação escolar; b) qualidade da alimentação escolar; c) Os estudantes e a alimentação escolar; d) O profissional da Nutrição e a alimentação escolar; e) alimentação Escolar na construção da identidade; g) e alimentação escolar e desenvolvimento sustentável. A frequência de cada uma dessas temáticas pode ser visualizada no quadro a seguir.

Quadro 2 - Temáticas na produção acadêmica sobre alimentação escolar, na base *Scielo* (2015 - 2019)

	<b>Temáticas</b>	<b>Frequência (f)</b>
1.	Política da alimentação escolar	19
2.	Qualidade da alimentação escolar	9
3.	Os estudantes e a alimentação escolar	5
4.	O profissional da Nutrição e a alimentação escolar	4
5.	Alimentação Escolar na construção da identidade	3
6.	Alimentação escolar e desenvolvimento sustentável	2
	<b>TOTAL</b>	42

Fonte: elaborado pela autora (2022)

#### **A. Política da alimentação escolar**

As produções agrupadas nesta temática se apresentam em maior frequência, com 19 produções, e seguem três focos de interesse: Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); implementação da Lei 11.947/2009, em especial do Artigo 14 e a aquisição de produtos da agricultura familiar; o investimento financeiro na alimentação escolar.

O artigo de Machado et al. (2015) busca entender, através dos discursos dos conselheiros, qual o papel do Conselho de Alimentação Escolar nas a fiscalização do

dinheiro, quais suas funções, limites e os avanços que esses conselheiros acreditam que fazem parte da atuação do CAE. Como resultados, a pesquisa aponta que se trata de uma função de controle social, voltada um trabalho burocrático, obrigatório e de fiscalização. Afirmam que é necessária uma melhor capacitação dos conselheiros, assim como incentivar a representação social, como participação democrática.

Outro conjunto de artigos, em número de 13 publicações, investigou a implementação da Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009), em especial do Artigo 14, que determina a destinação de no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. São diferentes os enfoques desses estudos. Positivamente, essa política configura-se como importante estratégia para alimentação saudável na escola, para a segurança alimentar e nutricional e cumprimento do direito humano à alimentação adequada; é elemento de fortalecimento da agricultura familiar, ao oportunizar valorização social e geração de renda para o segmento; e de promoção do desenvolvimento rural sustentável a longo prazo. (LOPES, BASSO, BRUM, 2019; MOSSMANN E TEO, 2017; SCHWARTZMAN et al., 2017; ELIAS et al., 2019); promove mudanças significativas nos processos de organização produtiva (SILVA, DIAS, AMORIM JR., 2015).

Os estudos também apontam algumas fragilidades na implementação da Lei, quais sejam: dificuldades que se expressam desde o conhecimento e a mobilização para a execução da política, passando pela elaboração das chamadas públicas e por questões ligadas à produção e à entrega dos alimentos, envolvendo ainda a organização da agricultura familiar. (ASSIS, ano); 50% dos municípios do país não investiram o mínimo exigido em lei (MACHADO et al, 2018; SCHABARUM e TRICHES, 2019); Faz-se necessário remunerar o empreendimento (agricultura familiar), adaptação da legislação sanitária à realidade da agricultura familiar, formação e capacitação dos cooperados em atividades relacionadas à gestão, ao cooperativismo e às atividades de agroindustrialização. (COSTA; AMORIM JR; SILVA, 2015)

Quanto aos investimentos financeiros para a aquisição de alimentos destinados à alimentação escolar, Soares et al. (2018) afirma que os estudos concluem que não costuma haver continuidade por parte dos municípios, e que a complementação

financeira não é direcionada para a alimentação escolar. Elias et al.(2019) e MOSSMANN(2017) identificam, também, que a lei 11.947/2009 não é só favorável à alimentação, mas gera garantias para a agricultura familiar. Nesse sentido, Assis (2019) afirma que o PNAE é um importante meio para que a agricultura familiar tenha sua inserção econômica, sendo uma política de comercialização, que incentiva o desenvolvimento do comércio rural. Schwartzman (2017) falou que essas leis estão sendo implementadas em vários países, e se configuram com uma estratégia de alimentação segura e nutricional. Entretanto, Schabarum (2019) identificou que há municípios que não destinam os 30% dos recursos para alimentação escolar. Ao analisar as cooperativas, o estudo de Costa (2015) observou a necessidade de formação e capacitação dos cooperadores, e destacou essencial a adaptar as legislações sanitárias à realidade das cooperativas. Sendo assim, destacam que a compra dos alimentos de agricultura familiar gera impacto positivo, tendo em vista que os alimentos oferecidos pela agricultura familiar são alimentos mais saudáveis, dando assim uma segurança alimentar e nutricional aos estudantes, além de auxiliar na permanência do agricultor familiar no mercado.

## **B. Qualidade da alimentação escolar**

A segunda maior preocupação dos pesquisadores do campo da alimentação escolar, no levantamento realizado para o presente estudo, diz respeito à qualidade da alimentação escolar, qualidade essa investigada sob diferentes aspectos, quais sejam: qualidade em relação ao valor nutricional da alimentação escolar nas Unidades de Educação Infantil; qualidade em relação do cardápio com a obesidade; qualidade na alimentação escolar frente à adição de alimentos da agricultura familiar, qualidade em relação às condições higiênico-sanitárias.

Os artigos de Sousa (2018) e Inoue (2015) avaliaram o consumo e a adequação nutricional dos cardápios das refeições oferecidas nas unidades de educação infantil. Foi observado que os alimentos oferecidos aos estudantes têm algumas inadequações que não correspondem às recomendações nutricionais.

Na busca de analisar os cardápios e identificar os de origem da agricultura familiar, Costa (2017) observou que os alimentos que pelo menos um dos alimentos oferecidos nos cardápios eram de origem familiar, como, iogurte, bolo, frutas, feijão, arroz, entre outros.

Com relação às condições higiênico-sanitárias das unidades escolares, assim como a higiene do profissional de manipulação, e adesão do Manual de Boas Práticas Alimentares, os trabalhos de Soares (2018), Silveira (2019) e Lopes (2015) convergem: os ambientes não atendem às normas de higiene-sanitária, a estrutura e as instalações das unidades escolares são os principais motivos para que esses ambientes sejam cotados como inadequados.

Os dois estudos sobre relação da alimentação escolar e com a obesidade observaram que existe um grande consumo de alimentos processados e de baixo valor nutricional, o que leva ao alto índice de sobrepeso nas escolas (ROSSI et al., 2019; BATISTA, MONDINI, JAIME, 2017). Entende-se que há uma necessidade de regulamentação que reduza esse alto consumo de alimentos não-saudáveis.

Como resultado, que os cardápios analisados são inadequados, os alimentos servidos não atendem às recomendações nutricionais, demonstram a necessidade de adequação dos alimentos, assim como, promover hábitos alimentares saudáveis.

### **C. Os estudantes e a Alimentação Escolar**

Os artigos cuja temática define os estudantes e a alimentação escolar expressam três principais interesses: o perfil do aluno que consome a alimentação do PNAE; as percepções de estudantes sobre alimentação escolar no âmbito do PNAE; e a aceitação da alimentação escolar.

Raphaelli *et al.* (2017) investigaram os fatores ligados à aceitação dos alunos quanto à alimentação escolar. Valentim et al (2017) avaliou os cardápios propostos pelas escolas são adequados, assim como foram levantadas as opiniões dos alunos quanto à aceitabilidade do cardápio. Os resultados apontam que os fatores associados à adesão/aceitação da alimentação escolar variam de acordo com o tipo de alimento que é oferecido, assim como o modo de preparo, e a preferência por alimento processado. Os artigos cujo interesse compreende a aceitação/adesão ao programa de alimentação escolar entendem que é necessária uma educação alimentar na escola (Raphaelli *et al.* 2017) e a valorização da alimentação escolar como um investimento público na melhoria da qualidade de vida e saúde de todos os estudantes deve ser prioridade governamental e conteúdo do projeto político pedagógico das escolas (VALENTIM *et al.*, 2017).

Paiva (2017) buscou compreender as percepções sobre alimentação escolar, tendo como base o entendimento dos estudantes sobre alimentação escolar. Tal

estudo contribuiu para compreender aspectos relacionados à comensalidade na casa-rua-escola e ao direito à alimentação escolar e identificar as percepções dos hábitos alimentares nas escolas, através das suas vivências alimentares no cotidiano.

Locatelli, Canella e Bandoni (2017) observaram que há uma influência por fatores socioeconômicos na aceitação da alimentação escolar, sendo possível também, traçar o perfil dos estudantes que consomem alimentação escolar. Observou que o consumo é maior entre os alunos do sexo masculino, pardos, que vivem fora das capitais, trabalham, filhos de mães com baixa escolaridade, para aqueles que tomam café da manhã e almoçam com os pais.

#### **D. O profissional da Nutrição e a alimentação escolar**

Os artigos cuja temática de investigação foi aqui denominada de **O profissional da Nutrição e a alimentação escolar** tiveram por objetivo conhecer as percepções, demandas e os números dos nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar; avaliar os cardápios produzidos por esses profissionais e entender a relação das ações do Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e o PNAE com os profissionais da nutrição. Foi constatado uma fragilidade na formação dos profissionais para atuar na área, seja na ausência do conteúdo na graduação (HONÓRIO; BATISTA, 2015), seja na limitação ao trabalho em equipe e à interlocução com as famílias, possivelmente por fragilidade de suporte teórico-metodológico e político para intervenção nesse campo (TÉO *et al.*, 2017). Talvez, como consequência da fragilidade na formação, tenha relação com o descumprimento pela maioria dos nutricionistas de diversas atribuições essenciais do programa, previstas em Lei, apontado pelo estudo de Souza *et al.* (2017) e a baixa frequência na execução das ações da Educação Alimentar e Nutricional nos municípios. Positivamente, os resultados indicaram haver satisfação com a atuação na área e que as participantes tinham percepção abrangente sobre o direito humano à alimentação adequada.

#### **E. Alimentação Escolar na construção da identidade**

Os artigos cujo foco de interesse converge para a temática **Alimentação Escolar na construção da identidade** buscam investigar a importância da. Dois dos artigos, de mesma autoria, problematizam a persistência de discursos e práticas de caráter assistencialista que reduzem a alimentação escolar a uma comida para

pobres, o que parece funcionar como um mecanismo de poder capaz de inscrever, nos escolares, uma identidade de pobreza e inferioridade. Em contraposição a esse discurso, tais estudos concluíram que os discursos e as práticas dos sujeitos da escola investigada apontaram para um “movimento de resistência e de ressignificação das identidades escolares, no qual a alimentação escolar foi identificada como um elemento estruturante e articulador, evidenciando também a potência dos alunos de resistir e transformar práticas e identidades.” (SILVA, SANTOS e SOARES, 2019; 2019)

O terceiro artigo, de Mineiro e Triches (2018), analisa o papel da escola indígena na valorização/revitalização da cultura alimentar indígena. O estudo observou que as escolas perpetuam, no cotidiano dos alunos, ambientes que propiciam a aculturação e globalização dos hábitos alimentares, sem preocupação com a manutenção de sua cultura. O estudo aponta que o assunto não tem tido grande relevância por parte da comunidade escolar, que “considera o alimento não indígena servido nas escolas como ‘normal’, não o identificando como marcador de identidade nem como um processo no qual seus hábitos estão sendo transformados a partir da inclusão [...] de outros sabores”. (MINEIRO; TRICHE, 2018). Para as autoras, a escola tem sido cúmplice no empobrecimento da cultura alimentar indígena, mesmo com o discurso de valorizar as diferenças e manter vivos os distintos modos de vida e de identidade alimentar.

#### **F. Alimentação escolar e desenvolvimento sustentável**

A temática **Alimentação escolar e o desenvolvimento sustentável** é representada por dois artigos que concebem a escola como espaço de promoção e entretenimento de alimentação escolar saudável aliada ao desenvolvimento sustentável. Triches (2015) relata um conjunto de ações realizadas na escola, com vistas à promoção do consumo alimentar sustentável, entre elas: revisão dos fornecedores e das cadeias de abastecimento, das formas de produção e da qualidade dos alimentos oferecidos; regulação relativa ao tipo de gêneros trazidos de casa; cuidado na formulação dos cardápios; e desenvolvimento de atividades educativas práticas que coadunassem a melhora dos hábitos alimentares com a valorização do meio rural.

O artigo de Souza *et al.* (2015) buscou investigar os cardápios de alimentação escolar com ênfase nos elementos que podem indicar a alimentação escolar como

promotora de sistemas alimentares ecológicos e de desenvolvimento local sustentável. Como resultado, apontam que os cardápios do Programa de Alimentação Escolar ainda têm uma forte ligação com o sistema agroalimentar convencional. Para as autoras, assumir cardápios sazonais, que levem em conta a diversidade de alimentos regionais, assim como realizar o mapeamento de agricultores ecológicos, são ações que podem nortear a demanda e a oferta programada desses alimentos.

### 3.4 Delineamento metodológico

Com relação ao delineamento metodológico das publicações em análise, optou-se por identificar a *abordagem*, o *tipo de pesquisa* e as *técnicas e instrumentos* de coleta dos dados que têm sido utilizados pelos autores que investigam o campo da alimentação escolar. Quanto à abordagem de pesquisa, entre as 42 produções analisadas, identificou-se o seguinte: Abordagem qualitativa ( $f=15$ ); Abordagem quantitativa ( $f=13$ ); Abordagem Quali-quantitativa ( $f=1$ ); Abordagem sistêmica ( $f=1$ ). Percebeu-se que nem todas as publicações assumem o caráter quantitativo da pesquisa, mas a definição amostral e as técnicas de coleta e análise dos dados se revelam próprias dessa abordagem, o que nos fez enquadrá-la como tal.

No que se refere ao tipo de pesquisa, o resultado mostrou: Estudos descritivos ( $f=12$ ); Pesquisa Documental ( $f=8$ ); Pesquisa exploratória ( $f=6$ ), sendo 2 delas explicativas; Estudo de caso ( $f=2$ ); Pesquisa etnográfica ( $f=2$ ); Pesquisa-ação ( $f=1$ ); Pesquisa Bibliográfica: Revisão de Literatura ( $f=3$ ), sendo uma delas Revisão Integrativa. Uma opção metodológica muito frequente é definida nas produções em estudo como Estudo transversal ( $f=10$ ). Muito comum no campo da pesquisa em saúde, trata-se de um corte transversal no qual fator e efeito são observados num mesmo momento histórico.

No que se refere às técnicas e instrumentos de pesquisa usados como procedimento para a coleta de dados, identificou-se uma prevalência de entrevistas ( $f=16$ ), com auxílio de formulários ou não. Outras técnicas utilizadas pelos pesquisadores foram o grupo focal ( $f=5$ ), o questionário, presencial e on-line ( $f=7$ ); a observação ( $f=2$ ), sendo uma delas a observação participante; o estudo antropométrico ( $f=2$ ); o diário de campo ( $f=1$ ); e a escala hedônica facial e verbal ( $f=1$ ). Aqui, essas técnicas foram apresentadas separadas dos tipos de pesquisa, mas ressalte-se que cada uma é compatível com um determinado método de pesquisa e perspectiva epistemológica adotada.

#### 4. Considerações finais

Retomamos aqui os resultados do presente estudo, considerando os objetivos propostos para a caracterização da produção acadêmica sobre Alimentação Escolar. Na caracterização do tema como campo de conhecimento, constatamos que, no recorte temporal definido para o levantamento, os anos de 2017 e 2018 tiveram o maior número de artigos publicados. Entre os periódicos, constatamos que a Revista “Ciência & Saúde Coletiva” foi a revista com maior número de publicações, seguida da Revista de Economia e Sociologia Rural, e que apenas 3 revistas da área da educação possuem artigos sobre o tema.

Em relação às temáticas de interesse investigativo, há uma predominância na área da “política de alimentação escolar”, com preocupação com a implantação da Lei 11.947/2009, em especial do Artigo 14, que trata da aquisição de produtos da agricultura familiar, seguido da “qualidade da merenda escolar”. O papel do nutricionista, ainda que com uma frequência de apenas 4 artigos, mostrou-se como temática necessária, pela importância que tem esse profissional na elaboração do cardápio e na avaliação da aceitabilidade. Quanto à metodologia privilegiada pelos estudos que resultaram nos artigos em análise, identificamos preferência por pesquisas qualitativas, com uso de entrevistas e formulários, o que nos pareceu muito positivo, uma vez que a entrevista permite o contato com os sujeitos envolvidos.

Em um segundo objetivo deste estudo, buscamos identificar a presença do elemento regionalidade nos programas de alimentação escolar. Retomando pra isso, o conceito de alimentação regional, entendida como o alimento que integra uma cultura e tradições de um povo, um grupo social ou uma região. Ao analisarmos os 42 artigos levantados na base da *Scielo*, observamos que apenas um artigo teve como interesse investigar o papel da escola na valorização/revitalização da cultura alimentar indígena, o que vai ao encontro do conceito de regionalidade. Ainda que a Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o PNAE, estabeleça no Art. 2º que uma das diretrizes da alimentação escolar é “[...] o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a **cultura, as tradições** [...]” (BRASIL, 2009)<sup>1</sup>, parece não haver interesse por essa temática, o que consideramos lamentável.

---

<sup>1</sup> grifo nosso

Como limitações deste estudo, identificamos a opção pela análise dos objetivos e resultados dos artigos, o que pode ter ocultado focos de interesse importantes para a compreensão da problemática investigada, ainda que as eventuais incursões no resumo e corpo do texto possam ter minimizado esse problema. Outra limitação diz respeito à limitação temporal para análise dos artigos, após levantamento e sistematização, e o limite do tamanho definido pelas normativas da Faculdade de Educação.

Por fim, a julgar pela importância da alimentação como marcador da cultura de um povo, entendemos que a alimentação escolar deve ser preocupação dos demais profissionais da escola, como o pedagogo, e não apenas do profissional da nutrição.

## 5 REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela Manhães; DE OLIVEIRA CUNHA, Teresa Claudina. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 46-62, 2020.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros 1 Este artigo resulta de pesquisa apoiada pela Fapemig. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 577-593, 2019.

BRASIL, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Diário Oficial da União, 17.06.2009.

CABRAL, Uberlândia. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 109-126, 2015.

COSTA, Carlyanne do Nascimento et al. Disponibilidade de alimentos na alimentação escolar de estudantes do ensino fundamental no âmbito do PNAE, na cidade de Codó, Maranhão. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 348-354, 2017.

Edleuza Oliveira Silva, Lígia Amparo-Santos, Micheli Dantas Soares. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. *Cad. Saúde Pública* 2018; 34(4):e00142617

ELIAS, Lilian de Pellegrini et al. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 57, p. 215-233, 2019.

FNDE. Histórico. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>

FREITAS, Alan Ferreira de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; FREITAS, Alair Ferreira de. A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 9-28, 2019.

HONÓRIO, Andréa Riskala Franco; BATISTA, Sylvia Helena. Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 473-492, maio/ago. 2015.

INOUE, Denise Yukari et al. Consumo alimentar de crianças de 12 a 30 meses que frequentam Centros Municipais de Educação Infantil no município de Colombo, Sul do Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 28, p. 523-532, 2015.

LOPES, Ana Carolina de Carvalho et al. Avaliação das Boas Práticas em unidades de alimentação e nutrição de escolas públicas do município de Bayeux, PB, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 2267-2275, 2015.

LOPES, Indaia Dias; BASSO, David; BRUM, Argemiro Luís. Cadeias agroalimentares curtas e o mercado de alimentação escolar na rede municipal de Ijuí, RS. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 543-557, abr./jun. 2019

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira et al. Conselhos de alimentação escolar em Santa Catarina, Brasil: uma análise do discurso do sujeito coletivo. **Revista de Nutrição**, v. 28, p. 305-317, 2015.

MINEIRO, Suzana Kagmu; TRICHES, Rozane Marcia. O papel do ambiente escolar na cultura alimentar Kaingang: o caso da Terra Indígena Rio das Cobras, PR. **Interações, Campo Grande**, MS, v. 19, n. 4, p. 757-771, out./dez. 2018

MOSSMANN, Márcia Pozzagnol; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar: percepções dos atores sociais sobre a legislação e sua implementação. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 31-44, 2017.

PAIVA, Janaína Braga de; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2507-2516, 2016.

PENSSAN. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

RAPHAELLI, Chirle de Oliveira et al. Adesão e aceitabilidade de cardápios da alimentação escolar do ensino fundamental de escolas de zona rural. *Brazilian Journal of Food Technology*, v. 20, 2017

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 49-62, 2019.

SCHWARTZMAN, Flavia et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12 suppl 3, p. e00099816, 2017.

SILVA, Edleuza Oliveira, AMPARO-SANTOS, Lígia, SOARES, Micheli Dantas. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cad. Saúde Pública**, 2018; 34(4): e00142617

SILVEIRA, Débora Rodrigues et al. Qualidade microbiológica de produtos de origem animal encaminhados para alimentação escolar. **Ciência animal brasileira**, v. 20, 2019.

SOARES, Daniele da Silva Bastos et al. Boas Práticas em Unidades de Alimentação e Nutrição Escolares de um município do estado do Rio de Janeiro–Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 4077-4083, 2018.

SOARES, Panmela et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de Sistemas Alimentares Locais, Saudáveis e Sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 4189-4197, 2018.

SOUSA, Anete Araújo de; SILVA, Ana Paula Ferreira da; AZEVEDO, Elaine de; RAMOS, Mariana Oliveira. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217-229, mar./abr., 2015.

SOUZA, Anelise Andrade de; BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves; BONOMO, Elido; SILVA, Camilo Adalton Mariano da. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 593-606, 2017.

SOUZA, Camila Alves Nogueira de et al. Adequação nutricional e desperdício de alimentos em Centros de Educação Infantil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 4177-4188, 2018.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda et al. Direito humano à alimentação adequada: percepções e práticas de nutricionistas a partir do ambiente escolar. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 245-267, jan./abr. 2017.

UNICEF. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ma-alimentacao-prejudica-saude-das-criancas-em-todo-o-mundo-alerta-o-unicef>

VALENTIM, Emanuele de Araujo *et al.* Fatores associados à adesão à alimentação escolar por adolescentes de escolas públicas estaduais de Colombo, Paraná, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**; v. 33, n. 10, 2017: e00061016



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC Nº 75/2022 - FACEDUCACA (11.32.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 08/08/2022 18:12 )**

**AMANDA IRENE DE CAMPOS FAVACHO**

DISCENTE

Matrícula: 2018#####7

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: 75, ano: 2022, tipo:  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC**, data de emissão: 08/08/2022 e o código de verificação:  
**bc6bc90eb1**